



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

| | |
|------------------|---|
| RELATÓRIO Nº | : 201108750 |
| EXERCÍCIO | : 2010 |
| PROCESSO Nº | : 23051.003574/2011-09 |
| UNIDADE AUDITADA | : 158135 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA |
| MUNICÍPIO - UF | : Belém - PA |

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Em relação aos avanços mais marcantes da gestão avaliada, especialmente quanto aos resultados das políticas públicas executadas por intermédio de suas ações finalísticas no exercício, destacam-se: implantação de oito novas unidades, que justificaram aumento em 1.099,94% do orçamento de 2010, quando comparado ao orçamento de 2009; incremento de 392 servidores, por meio de concurso público; e aquisição de equipamentos de uso comum e laboratoriais e de mobiliário em geral para os diversos câmpus, em especial para os recém-implantados.

3. As principais constatações foram: não atendimento das recomendações da CGU, da auditoria interna e de parte das determinações do TCU; deficientes condições de trabalho da auditoria interna; inscrição de empenhos em restos a pagar sem a correspondente comprovação de sua regularidade; cessão de servidores sem atendimento das normas que regem a matéria; falhas na formalização de contratos com fundação de apoio; realização indevida de dispensas de licitação; falta de registro de atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão.

4. As causas estruturantes das constatações mencionadas consistem na falta de estrutura e quadro de pessoal capaz de providenciar o atendimento das solicitações, recomendações e determinações expedidas pelos órgãos de controle internos e externos e pela unidade de auditoria interna, além da falta de normativos internos e manuais que estabeleçam rotinas e procedimentos. Nesse sentido, as recomendações foram no sentido de corrigir os problemas apontados; aprimorar seus sistemas de controle interno; e observar as legislações que tratam da gestão de pessoal e de suprimento de bens e serviços.

5. Dentre as determinações contidas em seis acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU para o CEFET-PA e para a Escola Agrotécnica de Castanhal no exercício de 2010, o Instituto providenciou adotar as medidas indicadas, contudo estão pendentes de atendimento as determinações que tratam da organização dos inventários de bens móveis e imóveis e da atualização dos registros dos servidores no SIAPE. Quanto às nove recomendações da CGU, constantes no Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2009, o IFPA atendeu três. Merece destaque a dilação injustificada dos prazos de conclusão dos processos administrativos disciplinares. É importante registrar, ainda, o inexpressivo atendimento das 180 recomendações expedidas pela auditoria interna para a gestão avaliada.

6. Em função da recente transformação do CEFET-PA em Instituto, os controles internos administrativos da Unidade carecem de formalização e organização. Os exames revelaram falhas na avaliação do riscos; inadequação da estrutura da auditoria interna para atender à reitoria, aos doze câmpus e aos dois polos avançados; defasagem do Manual de Procedimentos Administrativos, elaborado em 2005; inexistência de setor de arquivo permanente; e inexistência de controle sobre a guarda, o uso e a conservação de bens móveis.

7. Sobre a implementação, ao longo do exercício, de práticas administrativas que tenham resultado em impactos positivos nas operações da UIJ, citam-se: ampliação do Sistema de Controle Acadêmico (SCA) para os câmpus do Instituto com informações dos alunos e do quadro docente; a capacitação de servidores em processo de qualificação e requalificação; implementação de rede integrada de dados e de voz entre os câmpus e a reitoria; e criação da página da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) no site da IFPA, que permite o acesso a fóruns dos dirigentes de ensino, via ferramenta Moodle- EAD, garantindo transparência às ações educacionais.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 27 de julho de 2011

JOSÉ GUSTAVO LOPES RORIZ
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA SOCIAL